

Neste número 2 do Boletim do Observatório Social e do Trabalho é abordada a questão da pobreza no Maranhão, tomando como referência os dados do Censo 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011. É

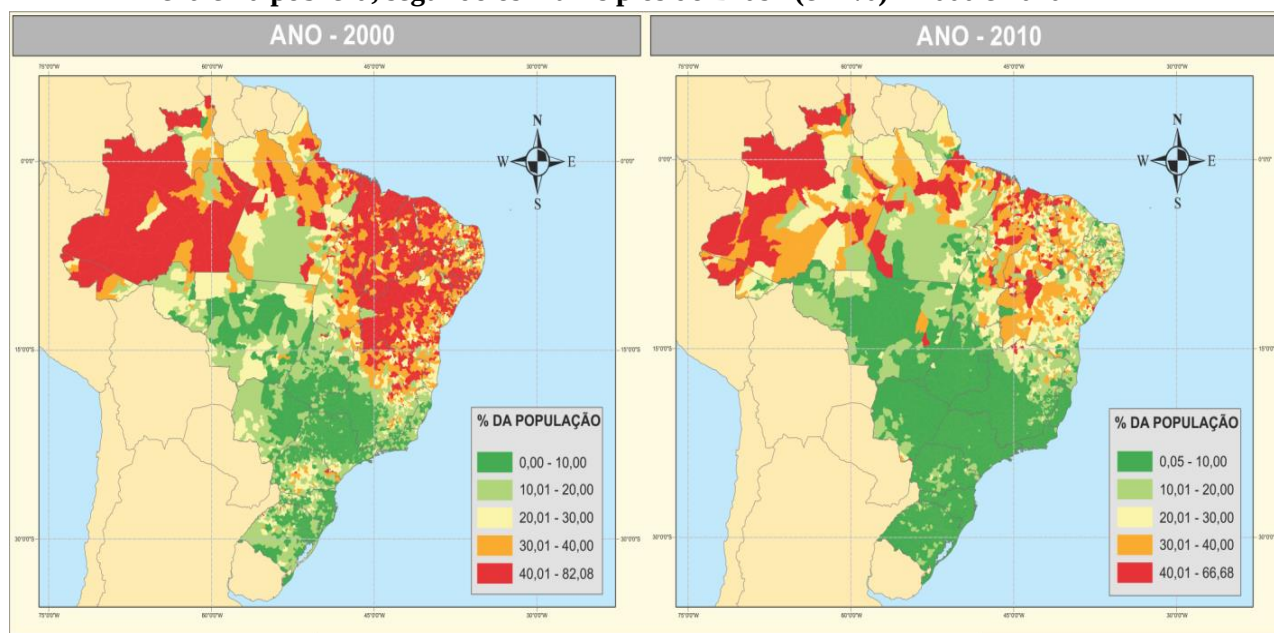
abordada também a prevalência dada, nos últimos governos, aos Programas de Transferência de Renda para combater a pobreza no Brasil e no Maranhão.

A POBREZA ESTÁ DIMINUINDO NO MARANHÃO?

Segundo dados do Censo 2010, o contingente de pessoas em extrema pobreza no Brasil perfaz 16,27 milhões de pessoas, o que representa 8,5% da população total (**Mapa 1**).

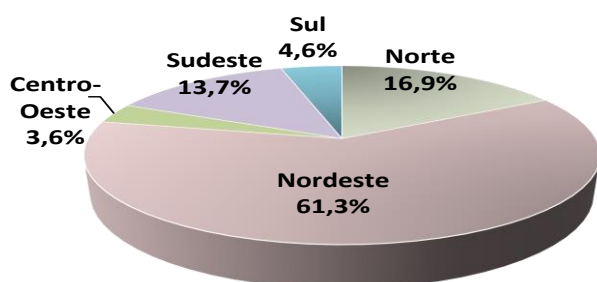
No que concerne à distribuição regional no país desse contingente populacional, conforme pode ser visualizado no **Gráfico 1** é a seguinte:

Mapa 1 – Percentual da população residente em domicílios particulares permanentes em situação de extrema pobreza, segundo os municípios do Brasil (em %) – 2000 e 2010



Fonte: CARVALHO, Dionatan Silva. **Pobreza rural no Maranhão: uma análise a partir das características das famílias residentes em área rural no período de 2000 a 2010**. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

Gráfico 1 – População extremamente pobre do Brasil por Região (em %) - 2013



- Nordeste 61,3% (9,6 milhões),
- Norte 16,9% (2,7 milhão),
- Sudeste 13,7% (2,1 milhão),
- Sul 4,6% (0,7 milhão)
- Centro-Oeste 3,6% (0,6 milhão).

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados da amostra do Censo 2010**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 20 out. 2012.

Em relação ao Maranhão, os dados desse Censo revelaram que 1,7 milhão de pessoas têm renda mensal de até R\$ 70,00 (25,8% da população¹). É o Estado com maior percentual de pessoas nessa condição e o terceiro maior em termos absolutos – em primeiro lugar, está a Bahia com 2,4 milhões e em segundo, o Ceará com 1,5 milhão de pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

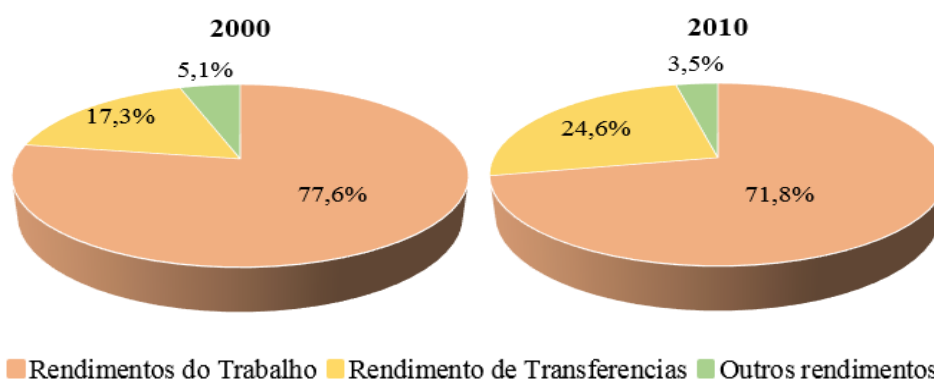
Com base na PNAD de 2011 e, tomando como referência os indicadores de renda e educação (os analfabetos maiores de quinze anos no Maranhão alcançavam a taxa de 21,6%) e as carências no acesso à água encanada, saneamento e coleta de lixo, estimava-se para o Maranhão o maior percentual de população socialmente excluída do Brasil em 2011 (38,9%)².

Ao considerarmos a renda como indicador de aferição da pobreza, poderíamos, em princípio, cotejar que houve redução da pobreza, haja vista que em 2000, 34,8% dos domicílios desse Estado tinham uma renda mensal inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e em 2010 esse percentual caiu para 22,0%. E, ainda no ano 2000, 60,1% dos domicílios possuíam renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e, em 2010, esse percentual foi reduzido para 35,5%.

A elevação do salário mínimo é componente importante na composição dos rendimentos no Maranhão, uma vez que desde 2000 vem sendo ajustado, acima da inflação, possibilitando uma expressiva recuperação do poder de compra. Porém, essa elevação pode ser atribuída, em grande parte, à atuação dos Programas de Transferências de Renda, já que em 2000, em 20,0% dos domicílios a maior parte da renda provinha dessas transferências e, em 2010, esse percentual subiu para 34,5%.

No que diz respeito aos rendimentos individuais, além das aposentadorias, a mudança na composição das fontes se dá pela maior inserção de pessoas nos Programas de Transferência de Renda. Isso demonstra que os rendimentos oriundos das aposentadorias/pensões e transferências ganharam participação em detrimento do rendimento do trabalho: em 2000, 17,3% dos rendimentos da população maranhense advinham de transferências; em 2010, esse percentual subiu para 24,6%, enquanto os rendimentos do trabalho caíram de 77,6% para 71,8% (**Gráfico 2**).

Gráfico 2 - Composição da fonte de rendimentos individuais no estado do Maranhão (em %) - 2000 e 2010



Fonte: IBGE (2011).

As transferências de renda ganharam participação no Maranhão devido ao considerável crescimento dessa estratégia de gestão do Governo Federal, na última década. Assim, se considerarmos a relação crescimento da renda/ano, verificamos que, enquanto o total de rendimentos cresceu à taxa média real de 13,9% ao ano e rendimento do trabalho cresceu apenas 13,0% ao ano, as transferências cresceram 18,0% em média.

Analisando esses indicadores, observamos que ganhou importância a estratégia da intervenção estatal adotada nas últimas décadas pelos governos brasileiros, cujo objetivo é implementação de políticas sociais compensatórias focalizada na pobreza, particularmente, nos extremamente pobres. Esse é o formato do “Plano Brasil sem Miséria” que agrega ações de transferência de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica.

O principal objetivo desse Plano é elevar a renda e as condições de bem-estar da população (BRASIL, 2012). Tem como principal programa o “Bolsa Família” e, para lidar com a extrema

pobreza, a Ação Brasil Carinhoso³, que visa retirar da extrema pobreza famílias com filhos na faixa etária de 0 a 15 anos. (BRASIL, 2012). Em sendo desenvolvido na dimensão em que está proposto, de acordo com estudo do IPEA, seu impacto seria capaz de reduzir a situação de pobreza extrema a 0,8% da população.

A estratégia local para a implementação das ações do Plano Brasil sem Miséria é o “Programa Viva Oportunidades”. O Programa pretende atender mais de 1 milhão de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza no estado e tem dois objetivos básicos: “promover a inclusão social por meio de oportunidades de capacitação, acesso ao crédito; e transferir renda para a população que vive em condições de extrema pobreza no estado”.

No que concerne ao Maranhão, a **Tabela 1** configura a quantidade de domicílios atendidos pelas ações dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal.

Chama a atenção nos dados da **Tabela 1** os números de benefícios variáveis no Programa Bolsa Família (PBF)⁴, particularmente, aqueles referidos à primeira infância.

Tabela 1 – População extremamente pobre, famílias cadastradas pela Busca Ativa e benefícios componentes do Programa Bolsa Família no Maranhão - 2013

Dados gerais	População Extremamente Pobre (Censo 2010)	1.691.183
Busca Ativa	Busca Ativa - famílias extremamente pobres cadastradas e recebendo PBF (jun/11 à nov/12)	35.539
Programa Bolsa Família (PBF)	Famílias atendidas (jan/13)	948.249
	Expansão em famílias (jan/13 em relação a jun/11)	45.316
	Aumento do limite de Benefícios Variáveis (set/11, novos benefícios)	111.775
	Benefício Variável Gestante - BVG (dez/12)	10.693
	Benefício Variável Nutriz - BVN (dez/12)	13.644
	Benefício para Superação da Ext. Pobreza na Primeira Infância - BSP (dez/12)	343.228

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Matriz de informações sociais**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI_menu/internet.php>. Acesso em: 23 abr. 2013.

Pelos dados demonstrados e as informações sistematizadas, portanto, verifica-se que houve, de fato, no Maranhão, queda do índice de desigualdade domiciliar de renda e aumento do número de pessoas com ganhos *per capita* superiores à chamada linha de pobreza, mas que esse incremento se deu, também, sobretudo, pela via dos Programas de Transferência de Renda e Aposentadorias.

A questão que se coloca em relação a esses programas é sua sustentabilidade, a médio e a longo prazos de modo a erradicar a pobreza no Maranhão e no país. De fato, os elementos expostos permitem concluir que, embora reconheçamos a relevância e a necessidade de políticas sociais focalizadas nos mais pobres, na medida em que contribuem para atenuar os efeitos mais imediatos e nocivos do atual modo de regulação capitalista, entendemos que não dão conta de enfrentar a pobreza nas suas diferentes expressões e dimensões. Isto porque, tais estratégias, embora propiciem a inclusão dos mais

pobres ao mercado de consumo, não são capazes de alterar sua capacidade de reprodução social em condições adequadas de vida.

NOTAS

¹ População residente em domicílios particulares permanentes.

² Configuração desenvolvida por Lemos (Artigo publicado em 27/04/2013, com o título: Maranhão-Estado Assimetricamente Pobre no Jornal “ O Imparcial”).

³ A Ação Brasil Carinhoso, lançada em maio de 2012, tem como meta a superação da miséria em todas as famílias com crianças de 0 a 6 anos, além de ampliar acesso a creche, pré-escola e saúde. Para isso, o benefício para superação da extrema pobreza assegura renda de pelo menos R\$ 70 por pessoa a famílias extremamente pobres com crianças nessa faixa etária. (BRASIL, 2013)

⁴ De acordo com informações disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>), o PBF atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional. De acordo com o perfil e tipos de benefícios: o básico, o variável, o variável vinculado ao adolescente (BVJ), o variável gestante (BVG) e o variável nutriz (BVN) e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP). Os valores dos benefícios pagos pelo PBF variam de acordo com as características de cada família - considerando a renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, nutrízes e de componentes da família.

Profa. Dra. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa (Pesquisadora do GAEPP)
Profa. Dra. Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira (Pesquisadora do GAEPP)
Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa de Araújo (Pesquisadora do GAEPP)
Mestranda Talita de Sousa Nascimento (Pesquisadora do GAEPP)